

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A MAPFRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2013 com R\$ 23,3 milhões (R\$ 17,6 milhões em dezembro de 2012) de receita líquida de títulos de capitalização.

As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 35,8 milhões (R\$ 20,4 milhões em dezembro de 2012). O resultado do exercício de 2013, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 2,6 milhões (R\$ 3,9 milhões em dezembro de 2012) e lucro líquido de R\$ 1,5 milhões (R\$ 2,1 milhões em dezembro de 2012). A Administração prevê para o próximo exercício a consolidação dos processos operacionais e a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização, promovendo constantes melhorias nos serviços prestados.

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 464/13, a MAPFRE Capitalização S.A., com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento". Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
 São Paulo, 26 de fevereiro de 2014
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	2012
Circulante		42.673	29.106
Disponível		191	227
Caixa e bancos		191	227
Aplicações		32.318	22.451
Créditos da operação de capitalização	6	8.614	3.951
Outros créditos operacionais		-	24
Títulos e créditos a receber		1.407	2.320
Créditos tributários e previdenciários	7	1.239	740
Depósitos judiciais e fiscais		2	-
Outros créditos		166	1.580
Outros valores e bens		143	133
Outros valores		143	133
Ativo não circulante		11.087	10.797
Realizável a longo prazo		10.575	10.111
Aplicações		5	10.426
Títulos e créditos a receber		149	118
Créditos tributários e previdenciários	7	149	118
Imobilizado		9	318
Bens móveis	9	318	334
Intangível		10	194
Outros intangíveis	10	194	352
Total do ativo		53.760	39.903

Passivo	Notas	2013	2012
Circulante		38.226	21.909
Contas a pagar		2.028	1.547
Obrigações a pagar	11	1.781	742
Impostos e encargos sociais a recolher		-	227
Encargos trabalhistas		103	287
Impostos e contribuições		144	291
Débitos de operações com capitalização		403	-
Débitos operacionais		403	-
Provisões técnicas - capitalização		12	35.795
Provisão para resgates	29.463	15.964	15.964
Provisão para sorteio	6.299	4.399	4.399
Outras provisões	33	-	-
Patrimônio líquido		14	15.534
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		3.534	5.993
Total do passivo		53.760	39.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

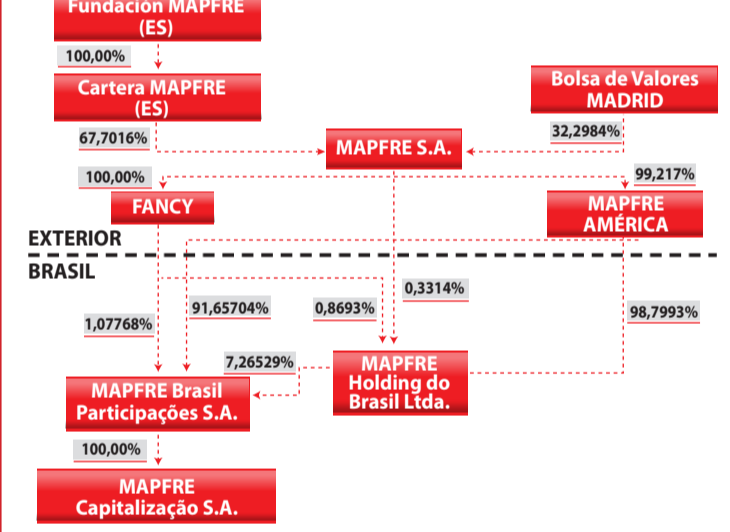
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.000	11.354	598	-	23.952
Distribuição de dividendos - AGO de 30 de março de 2012	-	(8.000)	-	-	(8.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.041	2.041
Destinação do lucro	-	-	102	(102)	-
Reserva legal	-	-	-	(1.939)	-
Destinação para futuro aumento de capital	-	1.939	-	-	1.939
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.000	5.293	700	-	17.993
Distribuição de dividendos - AGO de 05 de dezembro de 2013	-	(4.000)	-	-	(4.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.541	1.541
Destinação do lucro	-	-	77	(77)	-
Reserva legal	-	-	-	(1.464)	-
Destinação para futuro aumento de capital	-	1.464	-	-	1.464
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.000	2.757	777	-	15.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Circular SUSEP 464/13 revoga a circular SUSEP 430/12. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2012, conforme disposições do CPC nº 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e da Circular SUSEP 464/13. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: i) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii) Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv) Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional utilizada pela Companhia esta apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b - Ativos financeiros
- Nota 3h - Provisões técnicas
- Nota 3j - Provisões, passivos e ativos contingentes
- Nota 3m - Imposto de renda e contribuição social

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuiu a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: (i) Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divisões da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novos requisitos para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27) - As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que não se qualifica como entidade de investimento. IFRIC 21 "Tribitutos" - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento. **b) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) Determinação do valor justo. A classificação dentre as categorias é determinada pelo reconhecimento no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados, na data de aquisição, a serem valorizados pelo valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao

valor justo são reconhecidos ao resultado, quando ocorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando ocorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **(iv) Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5. **c) Redução ao valor recuperável:** (i) Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. (ii) Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **d) Títulos de capitalização:** O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização. A acumulação destes recursos é denominada de provisão matemática para resgates que será constituída por um percentual aplicado sobre o pagamento do título de capitalização, sendo atualizada mensalmente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança e capitalizada mensalmente à taxa de juros, gerando o valor de resgate do título, que de acordo com as condições gerais do plano de capitalização, poderá ser resgatado pelo cliente a qualquer momento, respeitando a carência fixada no plano. Caso ocorra a extinção da taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, o valor da provisão matemática de resgates será atualizado pelo índice que for considerado para atualização da caderneta de poupança. Sobre os pagamentos efetuados são considerados os percentuais para os custeios de prêmios de sorteios e carregamento e se destinam, respectivamente, à realização dos sorteios e às diversas despesas dos títulos, tais como: administração, operação e comercialização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 - Ativo Imobilizado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na Nota 9. A Administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **f) Intangível:** Gastos de desenvolvimento de sistema de uso interno são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios futuros forem prováveis e se existir a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizar o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra direta. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros e são incorporados ao respectivo ativo a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **g) Imparidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação e amortização, são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **h) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e notas técnicas aprovadas pela SUSEP, que consideram percentuais fixos aplicáveis sobre as parcelas efetivamente recebidas. As atualizações monetárias e juros creditados às provisões técnicas são contabilizados como "Despesas financeiras". Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A referida Circular dispõe da criação da Provisão para Despesas Administrativas (PDA) para sociedades de capitalização, a qual deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. **i) Passivos financeiros:** Compreendem fornecedores e contas a pagar que são reconhecidos ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **j) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico possa ser exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **k) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações com aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A. (antiga MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores, e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. **l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos

financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais esse imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **n) Receitas das operações de capitalização:** Em atendimento à Circular SUSEP 464/2013, a Administração elaborou um estudo técnico que avaliou o fato gerador das receitas e das provisões técnicas no que tange a mensuração e o registro. As receitas das operações de capitalização são reconhecidas integralmente no mês de sua emissão, como resultado do estudo técnico foi comprovado a não relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos. As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de mercado; e (iv) Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o como o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO E-IRM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado dentro de um processo estruturado pela Superintendência de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (compliance), são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle e condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. A Companhia conta também com os seguintes comitês: **Comitê de Estratégia Financeira** é constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. **Comitê de auditoria:** Órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação prática e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independentes e interna, e recomendar à Administração o aprimoramento de práticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, à divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e à otimização de recursos. O relacionamento dos comitês com a alta Administração respeita as alcances definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de Stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de Stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos.

Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. **Gestão do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência de Riscos e Compliance e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. Por meio da gestão de ativos e passivos, são monitoradas as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

2013	A Vencer em até 1 ano	A Vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	191	-	191
Valor justo por meio do resultado	20.673	11.645	32.318
Mantidos até o vencimento	-	10.426	10.426
Créditos das operações de capitalização	8.614	8.614	17.228
Outros ativos	1.699	1.699	3.398
Total dos ativos financeiros	29.478	23.770	53.248
Contas a pagar	2.028	-	2.028
Provisões técnicas - capitalização	35.795	-	35.795
Outros passivos	403	-	403
Total dos passivos financeiros	38.226	-	38.226

2012

2012	A Vencer em até 1 ano	A Vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	227	-	227
Valor justo por meio do resultado	9.733	12.718	22.451
Mantidos até o vencimento	-	9.993	9.993
Créditos das operações de capitalização	3.975	3.975	7.950
Outros ativos	2.453	118	2.571
Total dos ativos financeiros	16.388	22.829	39.217
Contas a pagar	1.547	-	1.547
Provisões técnicas - capitalização	20.363	-	20.363
Outros passivos	21.910	-	21.910

c) Risco de mercado: A MAPFRE adota políticas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Executivo que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk (VAR)* e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) taxa de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente (janela semestral de cálculo) e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados em categoria 993 até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível às variações na taxa de juros desses títulos. Do total de R\$ 42.744 em dezembro de 2013 (R\$ 32.444 em 2012) de ativos financeiros, R\$ 10.426 (R\$ 9.993 em 2012), foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 32.318 (R\$ 22.451 em 2012). Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base das demonstrações financeiras.

Impacto no patrimônio líquido/resultados	2013	2012
	(123)	(145)
	123	145

Fator de risco

Elevação da taxa de juros

Redução da taxa de juros

Parâmetros: i) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012. ii) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, a Companhia mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais segue as orientações da *Holding Espanhola*, mas atua de forma independente no Brasil. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como atender aos requisitos de capital exigidos pela MAPFRE Espanha. A Companhia aplica o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração e com acréscimo de parcelas de capitais de riscos. As Resoluções CNSP 284, 283 e 282, de 2013, acrescentaram requerimentos de capital para os riscos operacionais e subscrição das sociedades de capitalização e alteraram a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido. O quadro comparativo abaixo foi elaborado em conformidade com as regulamentações vigentes nas demonstrações financeiras de 2012:

	2013	2012
Patrimônio líquido	15.534	17.993
(a) Ativos intangíveis	(194)	(352)
Patrimônio líquido ajustado (a)	15.340	17.641
Capital Base (b)	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito	448	462
Capital adicional de título	448	462
Capital Mínimo Requerido (d) [d = b + c]	11.248	11.262
Suficiência de capital (e = a - d)	4.092	6.379
Suficiência de capital (e/d)	36,40%	56,64%

A partir da Resolução CNSP 282/2013, o Capital Mínimo Requerido é equivalente ao maior valor entre Margem de Solvência, Capital Base e Capital de Risco. O quadro a seguir representa o Capital Mínimo Requerido segundo os normativos vigentes em 2013:

	2013	2012
Patrimônio líquido ajustado (a)	15.340	17.641
Capital Base (b)	10.800	10.800
Capital de Risco de Subscrição	448	462
Capital de Risco de Crédito	448	462
Capital de Risco Operacional	162	162
(-) correlação entre Capitais de Riscos de Subscrição e Crédito	(59)	(59)
Capital de Risco (c)	701	701
Capital Mínimo Requerido (d) [maior entre (b), (c)]	10.800	10.800
Suficiência de Capital (e) (e=a-d)	4.540	6.841
Suficiência de capital (e/d)	42,04%	44,55%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Resumo das classificações das aplicações financeiras:

Títulos	2013		2012	
	Valor contábil	%	Valor contábil	%
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	32.318	100%	22.451	100%
Fundos Exclusivos	-	-	-	-
Over	19.981	62%	19.981	43%
Títulos da Dívida Agrária - TDA	12.337	38%	12.868	57%
Ativos mantidos até o vencimento	10.426	100%	9.993	100%
Fundos exclusivos	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.426	100%	9.993	100%
Total	42.744	100%	32.444	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	32.444	32.855
Aplicações	39.042	36.696
Resgates	(31.788)	(40.920)
Rendimento	3.046	3.813
Saldo no final do exercício	42.744	32.444

c) Composição por prazo e por título:

Títulos	2013				2012			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	Ganhos e (perdas) não realizados	Valor contábil
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	19.981	68	624	11.645	32.318	32.318	-	22.451
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Over	19.981	-	-	-	19.981	19.981	-	9.583
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	68	624	11.645	12.337	12.337	-	12.868
Ativos mantidos até o vencimento	-	-	-	10.426	10.426	11.558	1.132	9.993
Fundos exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	10.426	10.426	11.558	1.132	9.993
Total	19.981	68	624	22.071	42.744	43.876	1.132	32.444

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOvespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOvespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: *Nível 1:* títulos com cotação em mercado ativo; *Nível 2:* títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e *Nível 3:* títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Títulos	2013		2012	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	32.318	32.318	22.451	22.451
Fundos Exclusivos	-	-	-	-
Over	19.981	19.981	9.583	9.583
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	12.337	12.337	12.868	12.868
Ativos mantidos até o vencimento	10.426	10.426	9.993	9.993
Fundos exclusivos	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.426	10.426	9.993	9.993
Total geral	42.744	42.744	32.444	32.444

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro 2013 e 2012 e a Companhia não possui ativos classificados nos níveis hierárquicos II e III. **f) Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 8,418% no acumulado do exercício (12,977% em 2012), representado 104,53% (154,24% em 2012) do CDI que foi de 8,053% no exercício (8,413% em 2012).

6. CRÉDITO NAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

O montante registrado no ativo circulante na rubrica "Créditos da operação de capitalização" no valor de R\$ 8.614 em 2013 (R\$ 3.975 em 2012), refere-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização do mês.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2013	2012
Tributos a compensar	1.224	740
Outros créditos	15	-
Total circulante	1.239	740
Imposto de renda - adições temporárias	93	74
Contribuição social - adições temporárias	56	44
Total não circulante	149	118

8. OUTROS VALORES

	2013	2012
Almoxarifado	10	58
Imobilizações adquiridos no mês	133	75
Total	143	133

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2012	Adições	Depreciação	2013
Veículos	20%	262	103	(71)	294
Móveis e utensílios	10%	7	-	(5)	2
Equipamentos	10%	65	11	(36)	20
Total	334	114	(130)	318	318

	Taxa anual de depreciação	2011	Adições	Depreciação	2012
Veículos	20%	-	296	(34)	262
Móveis e utensílios	10%	-	7	-	7
Equipamentos	20%	115	15	(65)	65
Total	115	318	(99)	334	334

10. INTANGÍVEL

Projetos de informática	Taxa anual de amortização	2012	Adições	Amortização	2013
	20%	352	174	(332)	194
Total	20%	352	174	(332)	194

Projetos de informática	Taxa anual de amortização	2011	Adições	Amortização	2012
	20%	471	46	(165)	352
Total	20%	471	46	(165)	352

O prazo de amortização é de cinco anos a partir da data de sua utilização.

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Obrigações a pagar	2013	2012
Fornecedores e outras obrigações a pagar	1.781	742
Compartilhamento de despesas (Nota 17b)	287	424
Dividendos e gratificações a pagar	952	-
	537	318

12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisão para Resgates	Provisão para Sorteios	Provisões Outras	Provisão para Resgates	Provisão para Sorteios
2013	2013	2013	2012	2012
15.964	4.399	-	9.452	6.562
39.985	11.601	32	22.032	8.207
1.076	10	1	682	11
-	(9.711)	-	-	(10.381)
(26.807)	-	-	(16.202)	-
(755)	-	-	-	-
29.463	6.299	33	15.964	4.399

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - capitalização (Nota 12)	2013	2012
Total a ser coberto	35.795	20.363
Ativos garantidores	35.795	20.363
Quotas de fundos de investimento	42.744	32.444
Total de aplicações:	42.744	32.444
Suficiência (insuficiência)	6.949	12.081

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 12.000 e está representado por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. Para o exercício de 2013, a Companhia não teve intenção de distribuí-los. **d) Reserva estatutária:** Conforme previsto no artigo 24º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, foi transferida à conta de reserva estatutária.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Custos de aquisição:

	2013	2012
Comissões	(732)	(86)
Desconto na emissão	(1.854)	-
Outros custos	(10)	-
Total	(2.596)	(86)

b) Despesas administrativas:

	2013	2012
Pessoal próprio	(4.091)	(4.570)
Serviços de terceiros	(1.231)	(1.029)
Localização e funcionamento	(974)	(719)
Depreciação e amortizações	(462)	(264)
Despesas com publicidade	(614)	(22)
Publicações	(92)	(70)
Doativos e contribuições	(48)	(22)
Despesas administrativas diversas	(242)	(44)
Total	(7.754)	(6.740)

c) Despesas com tributos:

	2013	2012
COFINS	(462)	(325)
PIS	(75)	(53)
Taxa de fiscalização	(93)	(93)
Outros tributos	(26)	(16)
Total	(656)	(487)

d) Resultado financeiro:

	2013	2012
Receitas	3.046	3.813
Receitas com títulos de renda fix		